

Ke. S. 12500

Série de Notas sobre a Guerra

N.º 89

**As deportações belgas
à vista do plano de Rathenau**

Col. 3

PUBLICADA PELO

Bureau da Imprensa Britânica em Lisboa



LISBOA

TYPOGRAPHIA DO ANNUARIO COMMERCIAL
Praça dos Restauradores, 24

1917



As deportações belgas á vista do plano de Rathenau

I

Não é nosso proposito descrever as deportações belgas. Não ha no mundo quem não conheça essa caça á humanidade organizada e levada a efeito pela grande potencia escravagista que é hoje a Alemanha; potencia escravagista que resuscitou os actos os mais execraveis dos maus tempos passados que todos julgaram mortos para sempre. Todos conhecem, até ao grau a que pode atingir a palavra escrita, a horrivel historia de sofrimento e de morte trazidos pelas rugas feitas pelos alemães não só na Belgica mas tambem em todos os paizes onde se tem introduzido o sistema alemão : no norte da França, na Lituania, na Polonia; todos teem sofrido do mesmo mal.

Nestes artigos o nosso fito é dar uma descrição sucinta, baseada em provas documentadas, do plano pela qual a Alemanha operou. Esse plano dizia respeito a todos os territorios occupados; se nos restringimos á Belgica é tão somente porque os documentos relativos a esse paiz estão completos e acessiveis a todos na gran-

de obra de M. Fernand Passelecq, *Les Déportations Belges à la Lumière des Documents Allemands*. O esboço desse plano é o seguinte: — Devem ser postos á disposição da Alemanha todos os recursos do territorio occupado, seja qual fôr a especie, para assim reservar os recursos da propria Alemanha; crear-se-hia por este meio, artificialmente e em larga escala, a ociosidade; sob pretexto dessa ociosidade a população seria obrigada a trabalhar na Alemanha ou para a Alemanha, reservando tambem por sua vez para o exercito alemão a força viril da Alemanha. Não foi por força maior imposta pela necessidade, que se instituiu este acto de vilania; faz parte dum projecto calculado e concebido a sangue frio, que se poz em operação logo depois de romperem as hostilidades.

A primeira parte desse projecto é geralmente conhecido como o «plano de Rathenau». Cinco dias depois da declaração de guerra pela Gran Bretanha, fundou-se no Ministerio da Guerra alemão uma Repartição de materias primas (*Kriegsrohstoffsabteilung im Kriegsministerium*), sob a presidencia de Herr Walter Rathenau, chefe da *Allgemeine Elektrizitäts Gesellschaft*. Rathenau já tinha exposto o seu plano com todos os detalhes perante o Ministerio da Guerra prussiano, o marechal (então general) von Falkenhayn, e não queremos menoscabar a habilidade de Rathenau, supondo que levaria mais de cinco dias a desenvolvê-los. É certo que se achava preparado de antemão e é mais uma prova do modo comprehensivo pelo qual a Alemanha se ti-

nha preparado para este ataque aos seus vizinhos.

Não nos ocuparemos da parte do plano de Rathenau que diz respeito á Alemanha, e que abrangia uma completa reorganisação de toda a industria alemã em base de guerra, serviço enorme e perfeitamente legitimo. Até que chegou a hora da mobilisação civil em novembro de 1916, esta repartição, tendo 36 organizações complementares, dirigia a totalidade da enorme produção da Alemanha necessaria para a guerra. Tinha evidentemente de resolver a questão muito complicada do abastecimento de materias primas, além das que fornecia naturalmente a propria Alemanha. Havia tres caminhos a seguir: — Desenvolver na Alemanha novas fontes de produção ou descobrir substitutos; aproveitar as vias de importação que se achavam disponiveis; e o terceiro era: «os territorios ocupados terão de entregar os seus recursos ao Imperio». E' deste ultimo que nos vamos ocupar.

Publicou-se na Alemanha em 1916 pela autoridade do Ministerio da Guerra prussiano, com o titulo de: *Deutschland's Rohstoffversorgung: Vortrag gehalten in Deutscher Gesellschaft 1914 20 Dec. 1914*, um panfleto que reproduzia a explicação do seu plano apresentada por Rathenau á *Deutsche Gesellschaft*, numa conferencia celebrada naquela data. Porém, como acontece a tantos documentos alemães, acha-se truncado; está em branco o espaço destinado a explicar a applicação do plano aos territorios ocupados. Felizmente o professor Arnold Krasny publicou na

Austria (*Neue Wieser Zeitung*, 2 Feb. 1916) uma relação dessa conferencia que teve larga circulação nos jornais técnicos e outros; e ele preencheu a lacuna. (Tambem appareceu no *Chicago Daily News*, em 1915, noticia do plano de Rathenau colhida pelo correspondente na Alemanha.) Segundo Krasny, explicou Rathenau que era preciso empregar todos os meios para ampliar os stocks de materias primas não só por meio de compra nos paizes neutrais mas tambem apropriando todos os stocks existentes em territorios occupados. A occupação da Belgica, do Norte da França e de certos distritos da Russia, requereu os serviços da sua repartição. Era preciso utilizar a favor da economia de guerra nacional da Alemanha os stocks de materias primas de todos estes territorios. Aplanaram-se, ao fazerem-se as requisições, as dificuldades que surgiram em virtude das leis de guerra; estabeleceu-se uma rede de centros e de organizações para o transporte dos materiais para a Alemanha e para a sua distribuição ali; e assim para deante.

Eis o plano Rathenau que se poz logo em via de operação na Belgica. A primeira ordem — a primeira de muitas — foi dada a 26 de outubro de 1914 pelo falecido marechal von de Goltz, então governador militar da Belgica. Inclusos na ordem vinham citados 44 artigos de primeira importacia. A exportação da Belgica destes artigos devia fazer-se sob a direcção do Ministerio da Guerra na Belgica; se alguem intentasse esquivar-se a essa ordem, os seus bens ficavam

confiscados. Pedidos de autorização para exportar dirigiam-se ao Commissario do Ministerio da Guerra (isto é, o Commissario que representava a repartição Rathenau, o qual daquele tempo em diante ficou com um papel muito importante na vida economica da Belgica). O Commissario tinha a faculdade de resolver se os objectos inclusos na ordem deviam constituir propriedade do Imperio alemão, ou se deviam consignar-se a outra entidade. Esta ordem presumia o pagamento dos bens requisitados, cujo valor seria fixado pelo Ministerio da Guerra. Ao principio o pagamento fez-se nalguns casos; porém caiu prontamente em desuso, como passaremos a ver. Esta ordem assim como muitas outras, constitue uma prova official da applicação na Belgica do plano de Rathenau, pois autorisa ao Commissario da sua repartição o apoderar-se dum grande numero de artigos.

II

A' ordem de von der Goltz expedida em 26 de outubro de 1914, seguiram muitas outras. Passamos a considerar em primeiro logar as que dizem respeito ao commercio e á industria interna da Belgica e á sua agricultura. Entre 26 de outubro de 1914 e 20 de outubro de 1916, fizeram-se nada menos de 56 ordens essenciaes e 33 supplementares. A ordem de 26 de outubro de 1914 ampliou-se e abrangeu 79 artigos postos todos á disposição do Commissario da repartição Rathenau. E' muito grande a lista para se dar na intrega, porém incluia prata, a maior parte

dos metais de baixa liga, muitos minerais, muitas substancias quimicas e drogas, fosfatos e nitratos, borracha, muitos tecidos e uma grande lista de gorduras e oleos. Examinando as ordens pelo seu conteúdo e não pela sua cronologia, temos um grupo que requeria a consignaçoão de grande numero de artigos para uso futuro; entre esses figuram: stocks de trigo, farinha, hortaliças, batata, assucar, aveia, café, chá, cacau e sabão; maquinismos, ferramenta de maquinismo, maquinas motores; cavalos.

Seguem então ordens para se obter a posse de varios artigos; entre eles o trigo e as farinhas das colheitas de 1915 e de 1916, juntamente com o remanescente do stock de prévias colheitas; a aveia das colheitas de 1915 e de 1916; o feno de 1915; a cevada de 1916; borracha, produtos de aço forjado, lã, correntes de bicicletas; manganez, cromo, nikel, wolfram, vannadium e muitas outras substancias. Abasteceram-se então varios entrepostos centrais estabelecidos por alemães com o fim de se obter um monopolio comercial de certos produtos: a um entrega-se todo o carvão; a outro todo o cobre e o estanho; a outro todos os oleos e gorduras, incluindo clifres, cascos, ossos e carcaças de animais; a outro todas as colheitas que não foram mencionadas acima. Vemos depois um grupo de ordens no sentido de restringir a industria; impõem-se restrições ao commercio de tecidos, á venda de mantimentos e de forragens, de batata, gado e porcos; ao transporte de assucar; á fabricaçoão de sabão; etc. Um pouco mais tarde a remessa de cavalos

requisitados trouxe maiores exigencias ; após a requisição de toda a qualidade de gado cavalari foram em novembro de 1916 requisitados expressamente os cavalos empregados na agricultura, e o cavalo desapareceu da Belgica quasi por completo ; numas aldeias foram levados á razão de 70 por cento e noutras foram levados todos.

Finalmente, passamos a estudar especificamente as duas ordens que são a chave do assunto inteiro. A 25 de setembro de 1916 proibiu-se absolutamente a venda sem autorização de certo maquinismo, e dois dias depois os alemães obtiveram autorização de requisitar todas as correias continuas e todos os cabos transmissores, ordem essa que lhe entregava todo o maquinismo de todas as fabricas na Belgica. Destas ordens muitas vinham redigidas com todas as minucias caracteristicas do alemão ; a lista de maquinas de que trata a ordem sobre o maquinismo dada em 25 de setembro de 1916, enche pagina e meia dum grande volume em oitavo ; a lista dos artigos de que trata a ordem sobre o cobre e o estanho, enche duas paginas.

Eis o que diz respeito á economia interna da Belgica. Porém a Alemanha não descurou o commercio externo, as importações e as exportações. Passaram-se entre 16 de fevereiro de 1915 e 12 de setembro de 1916, 23 ordens sobre este assunto ; 11 principais e 12 suplementares. Proibiu-se por uma ordem passada em 25 de fevereiro de 1915, a exportação sem autorização do Commissario, dum grande lista de animais, materiaes e productos ; porém não vale a pena citar

a lista, que inclui a bem dizer todos os artigos de qualquer importancia, pois a partir de 15 de abril de 1916, ficou proibida a exportação de fosse o que fosse sem essa autorização. Esta ordem, juntamente com as que interessavam a industria interna, etc., a que já nos referimos, puzna á disposição do Commissario representante da repartição Rathenau os recursos inteiros da Belgica em materiais e produtos. Ficavam isentas dessa ordem a Alemanha e as terras occupadas ao Norte da França; para a Alemanha qualquer podia exportar o que quizesse. Outra ordem dada em 1 de março de 1916, prohibia que se importasse na Belgica qualquer artigo sem autorização do Commissario; além disso a ordem continha uma longa lista de artigos prohibidos absolutamente, entre os quais muitos de primeira necessidade para as industrias belgas. De nada aproveita agora, ainda que na ocasião fôra bastante comentado, chamar a atenção para o facto que a Alemanha emitindo estas ordens rasgava (entre outras coisas) os tratados commerciaes existentes entre a Belgica e as potencias neutrais, por exemplo a Suissa; pois, que melhor uso aos olhos dos alemães se pode fazer dum tratado? A Alemanha, é claro, desejava importar para si todos os artigos neutrais que, sem a ordem de importação, teriam ido para a Belgica.

Permitir-se-nos-ha neste ponto uma pequena digressão afim de notar uma diferença entre a extensão geral das ordens que se relacionam com a economia interna e as que teem por fito

a economia externa da Belgica. Foram calculadas as primeiras para dar fornecimentos á Alemanha e para crear na Belgica a ociosidade. As ultimas, além de terem esses mesmos fitos, abrangiam um outro: o de acabar com os mercados belgas no estrangeiro e substituir as exportações belgas pelas alemãs. Para o alemão da actualidade que é intensamente materialista o que a guerra representa primeiro que tudo é uma proposição commercial: «a continuação da nossa vida anterior com outros instrumentos, porém baseada nos mesmos métodos», como disse o dr. Naumann. As ordens externas serviam para destruir uma concorrência commercial perigosa.

Examinemos por exemplo a manufactura do vidro na Belgica. Nos mercados neutrais a habilidade e a industria belgas tinham levado a melhor á Alemanha; e os fabricantes de vidros da Alemanha temiam que essas mesmas ordens não fossem suficientes para que eles pudessem assenhorear-se do commercio belga. Desde o principio um dos fitos de guerra da Alemanha foi o apossar-se do commercio belga; foi para encobrir este facto que, seguindo o plano usual da Alemanha de acusar o inimigo de fazer o que ella propria pratica, começou por acusar a Inglaterra de fazer a guerra para «capturar o commercio alemão». Assim pois os fabricantes de vidro alemães conseguiram obter em outubro de 1916, um imposto de 15 % sobre a exportação, além de outros encargos, de vidros belgas para acabar com o que ainda ficava daquela industria.

Em 10 de novembro de 1916, o dr. Goetze, sindaco da União dos fabricantes de vidro da Alemanha, expoz na *Wirtschaftszeitung zur Centralmaechte*, com todo o cinismo, a historia completa de como a industria alemã se tinha empenhado em eliminar a concorrencia belga, e que o tinha conseguido. E' esta talvez a ultima apreciação dos beneficios da guerra que tenha aparecido ou que aparecerá na Alemanha.

III

As ordens a que vimos referindo abrangem todo o campo interno e externo da industria belga, e tomadas conjunctamente com outras causas mais gerais que estão em operação, tais como a grande perturbação produzida pela invasão, a lei de passaportes em vigor em todo o paiz e a requisição pelas autoridades alemãs de todos os meios de trafico e de transporte, poderiam ter bastado para assegurar á Alemanha a ruina total da vida economica da Belgica a qual era o seu desejo alcançar como preliminar dos seus propositos ultteriores.

Ha porém a tomar em consideração uma outra categoria de medidas: as que a Alemanha tomou na esfera das finanças. Desde 1914 impoz, dum modo indiscriminado, contribuições em dinheiro a cidades e a provincias. Este sistema modificou-se em dezembro de 1914 numa contribuição de guerra de 40 milhões de francos ao mez imposta ao paiz todo, fóra os impostos ordinarios e as multas que se impunham de ora

em quando a determinadas localidades. A partir de novembro de 1916 elevou-se a contribuição de guerra a 50 milhões de francos ao mez. O correspondente em Bruxelas da *Norddeutsche Allgemeine Zeitung*, concordou em 29 de dezembro de 1914 que esses 40 milhões de francos ao mez representavam o limite extremo da capacidade da Belgica; o que não deteve o Governo alemão no seu proposito de elevar a contribuição, nem impediu que o dr. Rohrbach e alguns dos pan-germanistas — salientando-se nessa propaganda a *Hamburger Nachrichten* — pedissem em 1916 que se impuzesse uma contribuição de guerra de 400 milhões de francos por mez, como penalidade da traição da Belgica.

O Governo alemão reconheceu a inutilidade de elevar a contribuição acima de 50 milhões de francos ao mez; porém, para satisfazer aos pan-germanistas confiscou em 12 de setembro de 1916 todo o dinheiro e notas alemãs existentes nos dois Bancos principais da Belgica, a *Banque Nationale* e a *Société Générale de Belgique*, que não são Bancos do Estado. Sob a ameaça duma liquidação imediata no caso de recusa, conseguiu a Alemanha apoderar-se de 430 milhões de marcos.

E' este talvez o exemplo mais flagrante de «guerra economica» jámais registado. Ha quem prefere classificá-lo de saque economico (*Raubwirtschaft*). A razão apresentada pelo T. S. F. alemão foi simplesmente que «era contrario aos interesses da Alemanha que houvesse grande influxo de notas de banco alemãs na Belgica»;

por conseguinte roubaram-nas. Porém só aparece a verdadeira natureza destas transações ao conhecer-se o facto que a propria Alemanha tinha trabalhado para conseguir esse influxo de dinheiro alemão afim de o confiscar em seguida. Dissemos que tinham sido pagas as primeiras requisições feitas pela Alemanha. Foram pagas em marcos e portanto esse valor tinha entrado em dinheiro alemão na Belgica. Os pagamentos faziam-se dum modo precario e em breve suspenderam-se. Por exemplo, das requisições feitas em Antuerpia até março de 1915, e que atingiram a soma de 85 milhões de francos, foram pagos só 20 milhões, e dos restantes 65 milhões, 92 % foram feitas sem mesmo se lhes determinar o valor.

Contudo a Alemanha encontrou outros meios de fazer entrar dinheiro alemão na Belgica. Ordenou que o marco, que ia tendo uma rapida depreciação, se aceitasse na Belgica ao cambio fixo de 1,25 francos; por conseguinte todas as dividas no estrangeiro eram naturalmente pagas em marcos. A Alemanha recusou ao mesmo tempo receber o pagamento da contribuição de guerra em marcos, era forçoso pagá-la em francos; tambem proibiu a exportação de papeis de credito. Como facilmente se depreende, os Bancos ficaram pejados de dinheiro alemão e em occasião oportuna a Alemanha confiscou-o.

Este facto completa o esboço das medidas tomadas pela Alemanha no intuito de arruinar a Belgica e de crear ali a ociosidade. Começaram os alemães por alegar que tudo isto se impunha a

bem do exercito de occupação. Porém era impossivel occultar os importantes poderes conferidos ao Commissario da repartição Rathenau e a sua enorme actividade, nem tão pouco a quantidade colossal de materiais levados para a Alemanha. O facto foi officialmente concedido pelo general von Wandel quando em 15 de janeiro de 1916 falava no Reichstag em nome do Ministerio da Guerra prussiano. Respondendo á critica oferecida pelos socialistas á organização Rathenau, disse: «Se grandes quantidades de materiais teem vindo para a Alemanha dos territorios occupados, devemos-lo em grande parte á actividade incansavel e eficaz das comissões economicas.»

A relação entre o plano de Rathenau e o esgotamento dos recursos dos territorios occupados fôra anteriormente descrita officiosamente pelo amigo do Kaiser, o dr. Ludwig Ganghofer, numa serie de artigos publicados na *Muenchner Neueste Nachrichten*. No n.º 12 da serie, de 26 de fevereiro de 1915, descreve o exame feito por ele ao serviço prestado na esfera dum corpo de exercito e acrescentou que as conclusões a que chegara são validas para todos os outros. Segundo ele, o sistema em operação consiste em: «Tirar para uso do exercito o menos possivel da Alemanha; obter o maximo no paiz conquistado; enviar para a Alemanha tudo quanto o exercito pode prescindir.»

Passa a dizer que a Belgica e o Norte da França abastecem dois terços do exercito do Occidente, o que representa para a Alemanha uma economia diaria de 3 e meio para 4 milhões

de marcos. Este beneficio de que goza a Alemanha, vê-se muito aumentado pelos resultados da guerra economica, isto é pela utilização dos productos belgas e francezes transportados em enormes quantidades para a Alemanha. Esta guerra economica levada a efeito pelos métodos commerciaes, vale á Alemanha, além da quantia já citada, a soma de 6 a 7 milhões de marcos diarios. E' esta uma vitoria esmagadora ganha pela Alemanha, pois permite-nos poupar as nossas forças economicas; e é uma derrota esmagadora para o inimigo, pois corresponde ao esgotamento de todos os recursos financeiros do territorio occupado.

Mais tarde, os alemães falaram com mais reserva. Ao reeditarem-se, sob o titulo de *Reise zur Deutschen Front 1915*, os artigos de Ganghofer foram, segundo o costume alemão, truncados. Uma grande parte do que acabamos de citar ficou eliminada e deu-se uma data falsa de publicação, de modo que o leitor curioso que se lembrasse de examinar os numeros citados da *Muechner Neueste Nachrichten*, ver-se-hia iludido e poderia não prosseguir na busca. E' um dislate peor que inutil; pois chama a atenção exactamente para as coisas que a Alemanha quereria occultar aos olhos do mundo.

IV

Passamos agora a calcular por alto o dano causado á Belgica. As contribuições conlicidas impostas a cidades e provincias em separado,

até dezembro de 1914, atingiu a quantia de, pelo menos, 210 milhões de francos. A contribuição de guerra desde dezembro de 1914 até novembro de 1916, inclusivé, foi de 960 milhões de francos, e desde dezembro de 1916 a outubro de 1917, inclusivé, 550 milhões de francos. Segundo o calculo da *Norddeutsche Allgemeine Zeitung* em dezembro de 1914 a ruína causada em 1914 elevava-se a 6.500 milhões de francos. O dinheiro tirado aos dois Bancos foi de 430 milhões de marcos, ou 537 milhões de francos. Finalmente, se aceitamos o calculo de Ganghofer, citado no artigo precedente, do valor dos materiais fornecidos ao exercito alemão ou levados para a Alemanha, atribuindo metade á Belgica, e metade á França, e continuarmos o calculo na mesma razão até outubro de 1917, temos outra quantia de 7913 milhões de francos; isto perfaz um total de 16.670 milhões de francos ou 660.000.000 de libras. Eis o que se pode calcular; ha a acrescentar-lhe essa vasta sangria da força economica e viril da Belgica que é impossivel calcular.

E' facil de compreender que numa tal desorganisação da vida economica e nacional do paiz e com o roubo levado a effeito com tanta ciencia e proveito, os alemães conseguiram em certa medida o seu proposito de crear a ociosidade quasi universal. Apresentaremos depois a prova que tudo isto seguiu um plano pensado; porém vamos explicar as palavras «em certa medida». Servia os fins da Alemanha o exagerar a extensão da ociosidade na Belgica e isto fizeram

sem escrupulos; não entramos nos seus calculos que vão até milhões, porque, não merecem nenhum credito. Em 19 de novembro de 1916 os operarios da Belgica publicaram um apelo ao mundo, no qual declaram que a ociosidade era obra da Alemanha e calculam em 500.000 o numero dos desempregados; eles não tinham de certo nada a ganhar diminuindo o numero. Em 7 de novembro de 1916 o cardeal Mercier calculou o numero em 400.000; von Bissing dava-o como sendo de 400.000 a 500.000. M. Passelecq, o qual teve acesso aos dados á disposição do Governo belga, concorda com calculo belga que dá o numero em novembro de 1916 como inferior a 350.000.

O nosso empenho é chamar a atenção para as medidas tomadas com infinita coragem e intelligencia pelas autoridades belgas na Belgica no intuito de fazer face a esta questão que já no começo de 1915 era uma questão séria. Por conveniencia de estudo consideramos em primeiro logar as ordens e as medidas da Alemanha que se relacionam com a vida economica geral da Belgica, antes de chegarmos á questão da ociosidade; convem não perder de vista que essas ordens e medidas se estendem por um longo periodo e que lhes correm sempre paralelas as ordens economicas e a resultante ociosidade.

As autoridades belgas não podiam alimentar os desempregados porque as subsistencias não chegavam para isso; dessa tarefa incumbiu-se a Comissão de Socorros Belgas, sob os auspicios dos Estados Unidos. Porém podia dar-lhes tra-

balho; e logo após a occupação inimiga começaram a instituir obras de utilidade publica numa escala grande. Tomemos como exemplo a provincia do Luxemburgo. As industrias dessa provincia eram quasi inteiramente agricolas e florestais; com o auxilio da secção provincial do *Comité National*, as autoridades provinciais instituíram uma extensa serie de melhoramentos; construíram-se ou melhoraram-se estradas na extensão de 750 kilometros; foram esgotados e cultivados 625 hectares de terreno pantanoso; plantaram-se 1.100 hectares de terrenos incultos; construiu-se para a melhor distribuição da agua uma rêde importante de aquedutos e de rêgos; levaram-se a efeito muitas medidas para a saude publica. O resultado foi excelente e pelos fins de agosto de 1915 o trabalho nessa provincia tinha retornado o seu curso normal e dos 10.000 trabalhadores dessa provincia só 198, por doença ou desastre, recebiam auxilio.

Pórem não convinha ás autôridades alemãs que por tais medidas se aliviasse a ociosidade. Era exactamente o contrario do que elas desejavam. O que elas queriam era a ociosidade e os desempregados. Isto deixaram ver em agosto de 1915. O barão von Bissing, então governador da Belgica, publicou duas ordens em 14 e 15 de agosto, impondo severas penas de multa e de prisão aos trabalhadores que recusassem trabalhar em «obras de interesse publico» (isto é, obras alemãs), ou que, estando a receber auxilio de qualquer organização de caridade publica ou particular, recusassem o trabalho que lhes era

oferecido. Penas semelhantes foram impostas a qualquer pessoa ou associação que apoiasse essa recusa pela distribuição de socorros ou por qualquer outro meio.

Estas ordens, porém, não surtiram o efeito desejado; os trabalhadores não se apresentaram. Foram seguidas por uma nova ordem dada em 2 de maio de 1916 (impressa na *Gesetz-und Verordnungsblatt* de 7 de maio), que é de primeira importancia. O seu fito era acabar com as obras comunais levadas a efeito na Belgica para socorrer os desempregados. Ordenava que as obras cujo objectivo directa ou indirectamente era oferecer trabalho remunerado aos desempregados deviam ser declaradas ao burgomestre da comuna; este devia transmitir a declaração ao Comissario civil do cantão, este ultimo por sua vez ao Presidente da administração civil da provincia o qual resolveria se a obra devia continuar ou não. Qualquer pessoa que levasse a efeito uma obra não autorisada teria o castigo de tres anos de prisão e uma multa não excedente a 20.000 marcos; pena igual se impunha ao burgomestre que não fizesse a declaração. As infracções a esta ordem ficavam a cargo das autoridades militares alemãs.

Esta ordem deu o resultado desejado; feriu de morte o sistema belga de obras de socorro publico para os desempregados. Algumas destas obras eram de tal maneira excellentes que até as autoridades alemãs hesitaram tocar-lhes; por exemplo: as obras no Luxemburgo, que só em setembro ficaram suprimidas. Nenhum do-

cumento até hoje publicado é mais condenatorio da Alemanha: é a prova official que para os seus proprios fins a Alemanha desejou e resolveu crear quanto possivel a ociosidade na Belgica. O afundamento em grande pelos submarinos alemães dos navios de Socorro aos Belgas, aos quais a Alemanha prometera imunidade, tinha o mesmo fim: quanto maior era a destituição tanto maior era a satisfação da Alemanha.

